

 <p>Fórum Governamental de <b>RESPONSABILIDADE SOCIAL</b></p>	<p><b>ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA DO FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL</b></p>
--	---

### Identificação da Reunião

<b>Número/Ano: 13ª Reunião Plenária– 27/09/2012</b>			
<b>Início: 9h30min</b>		<b>Término: 17h30min</b>	
<b>Local: STJ</b> SAFS Quadra 6 – lote 01/ bloco D – 1º andar / Brasília - DF.			
<b>Relatora: Jacimara Machado</b>			
<b>Presentes:</b>			
<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>E-MAIL</b>
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	(61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61) 3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Aretha Amorim Corrêa	CNI	(61) 3317.9323	accorrea@cni.org.br
Carlos Alexandre Vigil	TST	(61) 8112.9017	alexandre.vigil@tst.jus.br
Cristiane Silva Lima	Inmetro / Diape	(61) 3348.6319	cslima@inmetro.gov.br
Cynthia de Toledo Losso	SDH / PR	(61) 2025.3318	cynthia.losso@sdh.gov.br
Danielle Delduque	MF	(61) 3412.1796	danielle.delduque@fazenda.gov.br
Dayse de Souza Leite	MMA	(61) 2028.1273	dayse.souza@mma.gov.br
Fabiane Bessa	ESAF	(41) 3259.5800	fabiane.bessa@fazenda.gov.br
Fábio Cordeiro	SESI	(62) 8121.8077	fcordeiro@sesi.org.br
Fábio Luiz da Silva	STJ	(61) 3319.6753	fabiol@stj.jus.br
Ganem Amiden Neto	CNJ	(61) 2326.5257	ganem.neto@cnj.jus.br
Hevellyn Albres	MF	(61) 3412.1910	hevellyn.albres@fazenda.gov.br
Jacimara Machado	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2169	ecocamara@camara.gov.br
Ketlin Feitosa	STJ	(61) 3319.6754	ketlin@stj.jus.br
Laura Macedo	Caixa	(61) 3206.3970	laura.macedo@caixa.gov.br
Lisângela Costa Reis	FURNAS	(21) 2528.3731	lida@furnas.com.br
Marcos Guimarães	MF	(61) 3412.1969	Marcos.m.guimaraes@fazenda.gov.br

Naimar Moretti	AGU	(61) 2026.7043	naimar.moretti@agu.gov.br
Renata Silva Cortes	STJ	(61) 3319.6753	renata.cortes@stj.jus.br
Sandro da Silva Lima	TRT – 4º Região	(51) 8428.7773	sslima@trt4.jus.br
Telma Firme	CSJT	(61) 3043.7732	telma.firme@csjt.jus.br

<b><u>Ausências Justificadas</u></b>	
Maria Teresa Rezende	mtrezende@inmetro.gov.br

### **Pauta**

- 1) Aprovação da Pauta e da Ata da 12ª Plenária.
- 2) Escola de Administração Fazendária: Ações e Possibilidades de Cooperação na Promoção da Responsabilidade Socioambiental da Administração Pública – por Fabiane Lopes Bessa, Diretora Regional da ESAF-PR. - Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda
- 3) Proteger, Respeitar e Remediar: O Quadro de Referência da ONU para “Direitos Humanos e Empresas” – por Lisângela Gnocchi da Costa Reis – Diretora do Departamento de Sustentabilidade de Furnas e integrante da Delegação Brasileira para elaboração da Norma Internacional de Responsabilidade Social – ISO 26000.
- 4) *Due Diligence* e as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais – por Marcos Machado Guimarães – Coordenador-Geral de Diálogo Econômico Internacional – Secretaria do PCN - Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.
- 5) Secretaria de Direitos Humanos  
- Coordenação Geral de Normas e Gestão de Pessoas - Cynthia de Toledo Losso
- 6) Discussão integrada acerca dos conteúdos do dia e encaminhamentos para ações do FGRS  
- Propostas e manifestação dos presentes sobre possíveis ações em parceria e encaminhamentos.
- 7) Assuntos Gerais.
- 8) Encerramento.

## **1 – Abertura e aprovação da ata da 11ª Plenária do Fórum.**

A Sra. Ana Borges, do CSJT, abriu a reunião dando boas vindas a todos e agradeceu ao STJ pela oportunidade de realizar esta 13ª Plenária em suas instalações. Convidou a Sra Ketlin, Coordenadora do Programa Socioambiental do STJ para proferir algumas palavras de boas vindas, que em sua fala, ressaltou a importância do FGRS e a sua intenção em integrar o grupo. Citou algumas ações já realizadas pelo STJ e devolveu a palavra para a Sra. Ana Borges, que pediu que cada um dos presentes se apresentasse

Em seguida, a Sra. Ana Borges mencionou que a ata da 12ª Plenária seria disponibilizada brevemente aos presentes para a sua aprovação. Passou então a palavra para a Sra. Fabiane Bessa, da ESAF-PR para fazer a sua apresentação.

## **2 – Apresentação da Escola de Administração Fazendária por Fabiane Lopes Bessa, Diretora Regional da ESAF-PR.**

A Sra. Fabiane esclareceu sobre o papel da ESAF-PR e, em seguida, apresentou as razões que levaram a ESAF-PR a criar o Comitê de Responsabilidade Socioambiental no âmbito daquela instituição, que passou a incluir o tema socioambiental em seu planejamento estratégico. Enumerou os diversos programas realizados pela ESAF, a saber: Programa Nacional de Educação Fiscal – Cidadania e Controle Social; cursos de EAD sobre Controle Social e Cidadania em parceria com o PNUD e a CGU; Semana Orçamentária; Contratações Públicas Sustentáveis; “Cadernos de Finanças”, com diversos temas. Destacou as seguintes ações realizadas em 2011: 1ª Oficina – Mudanças Climáticas e Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, na Sede da ESAF, e o curso sobre contratações sustentáveis. Ainda em 2011, o Grupo de Pesquisa e Cadernos de Finanças gerou artigos e estudos sobre os seguintes temas: “A articulação entre as políticas públicas e o sistema tributário na direção do desenvolvimento sustentável”; “*Accountability* e publicidade no estado democrático de direito”; “Gasto social federal e o papel do estado na economia no contexto do modelo orçamentário brasileiro” e “Gestão pública orientada ao desenvolvimento sustentável e indicadores de desempenho socioambiental”.

Em 2012, ela destacou as seguintes atividades em andamento: Ciclos de debates sobre qualidade do gasto; Acordo de Cooperação – NoPa, com universidades alemãs, brasileiras e ESAF, referente ao projeto de eficiência energética em prédios públicos e o Curso EAD-BID (em desenvolvimento) sobre mudanças climáticas. Além destes, estão previstos cursos de EAD abordando direitos humanos e ODM e educação financeira. Também, em 2012, vem sendo executado o projeto de implementação do Comitê de Responsabilidade Socioambiental da ESAF. A Sra. Fabiane apresentou a tabela de apoio para definição de prioridades do Comitê. Citou a previsão de realização do 2º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e da oficina de Coleta Seletiva. Falou sobre as informações e ferramentas de apoio à criação do Comitê de Responsabilidade Socioambiental da, que conterá as competências técnicas que a ESAF deve proporcionar aos servidores. Estas competências vão além dos temas e ferramentas de caráter financeiro ou tributário. Frisou ser fundamental que os agentes públicos que formularão políticas e construirão ferramentas compreendam estes novos temas para que realizem sua tarefa de forma efetiva. Assim poderá ser dado um maior apoio ao Comitê e à construção da cultura da responsabilidade socioambiental na esfera de atuação da ESAF. Esclareceu que para confeccionar a tabela de dicas ambientais nenhum conhecimento novo foi produzido. As informações colocadas nas tabelas são um mosaico de parte do conhecimento produzido por diversos outros órgãos. Deu como exemplo o método divulgado pela USP para se realizar um evento sustentável. Informou ainda que a ESAF irá ingressar informalmente na Rede A3P. Finalizando, a Sra. Fabiane apresentou várias possibilidades de cooperação entre a ESAF e o FGRS, tais como cursos em EAD, e portal colaborativo de educação e cidadania, inclusão de artigos sobre RS na Administração Pública no Caderno de Finanças e uso de plataforma *moodle* para hospedar as informações do FGRS.

A Sra. Laura, da Caixa, parabenizou a palestrante pela apresentação e disse ter gostado de ver a coletânea de boas práticas, que, segundo ela, é muito importante. Informou que a Caixa já faz doações de computadores usados para projetos de inclusão social desde 1996. O mesmo será feito pelo STJ, em parceria com a Empresa Metareciclagem, de Brasília, esclareceu a Sra. Ketlin. A Sra. Dayse, do MMA,

mencionou o Programa Esplanada Sustentável (PES), que está em curso e forneceu algumas informações a esse respeito.

A Sra Naimar, da AGU, citou o exemplo do Ministério da Defesa, que conseguiu reverter para a instituição tudo o que economizou em energia elétrica. Lembrou que para que este trabalho tenha sucesso é preciso que todas as Secretarias de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA's dos órgãos se envolvam com as propostas de mudanças em direção à sustentabilidade. Os programas existem, mas não envolvem as unidades executoras. Precisamos de um novo modelo de governança.

O Sr. Alexandre, do TST lembrou que é preciso criar pontes e redes para que essas informações circulem.

A Sra. Fabiane esclareceu que deve haver um intercâmbio/integração entre as escolas de governo para que essas informações sejam trocadas/compiladas e disponibilizadas com o uso de TI, à exemplo do , Programa GESPÚBLICA.

A Sra. Andréa, do Inmetro, esclareceu que esse é justamente o papel do Fórum, proporcionar a integração e o diálogo entre os órgãos públicos. Lembrou que o Brasil é pioneiro na criação do FGRS, não existindo registro deste modelo em outros países. Agradeceu à Sra. Fabiane pelas informações, que podem ser uma forma de contribuição entre os órgãos e, assim, aumentar a relação das boas práticas que estão sendo coletadas por ela. Perguntou à Sra. Fabiane quanto à possibilidade de criar um EAD sobre a NBR 16.000 em parceria com a ESAF. Informou que o FGRS irá enviar ofício à ESAF a fim de firmar parceria. Antes de encerrar o período da manhã foi passado o vídeo “O que são Direitos Humanos ?”, da ONU .

### **3 – Apresentação sobre Direitos Humanos “Proteger, Respeitar e Remediar: O Quadro de Referência da ONU para “Direitos Humanos e Empresas”, por Lisângela Gnocchi da Costa Reis**

A Sra. Lisângela relatou diversas informações sobre DDHH, iniciando sua fala com um breve histórico sobre o tema e a justificativa que envolve DDHH e empresas. Citou alguns exemplos de violações de DDHH, como os casos das empresas Vale e Shell. Mencionou aspectos sobre as três fases do mandato do Prof. John Ruggie - Representante Especial da Secretaria Geral da ONU para Direitos Humanos e Empresas Transnacionais e Outras Formas de Negócios. Apresentou o Relatório final com os Princípios Norteadores para a Implementação do Quadro de Referência da ONU. Citou então os três pilares: Proteger, Respeitar e Remediar e detalhou cada um deles, salientando os princípios fundamentais e os operacionais. Mencionou o fato de a ISO 26.000 inserir esse assunto em suas diretrizes e concluiu apresentando seus comentários sobre o tema. Enfatizou que os mecanismos de queixa só servirão aos seus propósitos se as pessoas a quem se destinam, conhecê-los, neles confiá-los e forem capazes de utilizá-los.

### **4 – Apresentação da palestra “Due Diligence e as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais – por Marcos Machado Guimarães e Hevellyn Albres – Assessoria Internacional.**

O Sr. Marcos, do Ministério da Fazenda, iniciou a sua fala explicando o que é a OCDE e porque o Brasil, que não faz parte dessa Organização, decidiu criar o Ponto de Contato Nacional - PCN e participar na qualidade de observador. Falou da interface entre o tema principal – *Due Diligence* - e as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, que representam um conjunto de recomendações dirigidas pelos Governos às empresas multinacionais – sem, entretanto, terem força normativa. Essas Diretrizes afetam efetivamente a imagem da empresa. Elas fornecem princípios e normas voluntárias para uma conduta empresarial responsável, consistente com as leis adotadas e as normas reconhecidas internacionalmente.

Detalhou alguns pontos das Diretrizes: Conceitos e Princípios, Políticas Gerais, Divulgação de Informação, Direitos Humanos, Emprego e Relações de Trabalho, Meio Ambiente, Combate à Corrupção, Interesses dos Consumidores, Ciência e Tecnologia, Concorrência e Tributação. Salientou os pontos principais das Diretrizes que são, entre outros, o Incentivo às empresas a contribuir para o progresso econômico, social e ambiental; a alcançar o desenvolvimento sustentável; e a respeitar os

direitos humanos. As Diretrizes têm caráter normativo, não regulatório e não devem ser usadas para fins protecionistas ou eleitoreiros. Foi subscrita por 44 países: todos os países da OCDE + 10 países aderentes: Argentina, Brasil, Colômbia, Egito, Letônia, Lituânia, Marrocos, Peru, Romênia e Tunísia. As vantagens no atendimento das Diretrizes são: elas representam o mais amplo código de conduta para empresas com apoio direto dos governos e com envolvimento multiparticipativo; incluem um mecanismo de reclamação único, com possibilidade de mediação pelos PCNs.

Em seguida, discorreu sobre *Due Diligence*, cujo conceito envolve uma investigação minuciosa dos impactos de uma organização em sua cadeia de valor. Para o Professor John Ruggie, o termo é amplo e usado para cobrir as etapas e processos pelos quais uma empresa compreende, monitora e mitiga os impactos adversos de suas atividades em relação às áreas mencionadas nas Diretrizes. Foram os trabalhos do Professor Ruggie que balizaram a introdução do tema de DDHH nas Diretrizes da OCDE, em 2011. O Sr. Marcos mencionou que as empresas devem realizar *due diligence* com base no risco, com o objetivo de identificar, prevenir e mitigar impactos adversos, reais ou potenciais e prestar contas de como esses impactos são tratados. Devem evitar causar ou contribuir para impactos adversos em relação a matérias cobertas pelas Diretrizes, por meio de suas próprias atividades, tratar desses impactos quando ocorrerem e procurar evitar ou atenuar um impacto adverso quando não tiver contribuído para esse impacto, quando o impacto for, no entanto, diretamente ligado às suas operações, produtos ou serviços ou por uma relação de negócios. Esclareceu como se começa uma ação de *due diligence* (passo a passo) e da formalização de uma política de RS que, segundo ele, está implícita nas Diretrizes. Antes de encerrar sua fala, informou ao grupo que o Banco Central colocou em consulta pública duas resoluções. Uma delas trata da obrigatoriedade das instituições financeiras de formalizarem as suas políticas de Responsabilidade Socioambiental. A segunda resolução refere-se a obrigatoriedade de as instituições publicarem Relatórios de Sustentabilidade.

A Sra. Hevellyn, do Ministério da Fazenda, discorreu sobre o PCN, falando que o Brasil é um dos países que aderiu à “Declaração sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais” da OCDE, a qual abrange as “Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais”. Foi uma decisão do Conselho da OCDE, em 2000, e os 44 países aderentes à Declaração deveriam criar seus Pontos de Contato Nacionais (PCNs). No Brasil, o PCN foi criado em 2003, por meio de Portaria do Ministério da Fazenda. As ações são coordenadas pela Secretaria de Assuntos Internacionais/ Ministério da Fazenda e as principais funções são a promoção das diretrizes e a contribuição para resolução de conflitos. Em 2011, ocorreu uma revisão na sua estrutura e a partir daí passou a ser um órgão interministerial - CGU, MCT, MF, MJ, MRE, MDIC, MMA, MPOG, MTE, SDH e BCB.

O Sr. Marcos perguntou à representante do MMA se ela conhecia esse assunto dentro do Ministério, ao que ela respondeu que não, e ele concluiu que ainda há muito a ser feito nesse sentido. Esse órgão colegiado dentro do governo favorece a distribuição dos casos à área pertinente e a melhor disseminação dos conceitos de responsabilidade social corporativa. Deu exemplo da questão das violações dos direitos trabalhistas, que são inúmeras e com isso o MTE é um importante *stakeholder*. É muito importante a participação efetiva dos ministérios listados. A Sra. Hevellyn afirmou que a institucionalização do PCN é recente e detalhou a sua estrutura e organização. Suas atividades básicas são: divulgação permanente de suas ações, mediação após a aceitação de alegação de inobservância, recomendação e resolução após a aceitação de denúncia. Ressaltou que sempre existe a transparência e a confidencialidade das informações das empresas, somente dando conhecimento/divulgação do relatório final.

O Sr. Marcos que disse que a mediação dos conflitos, feita pela Secretaria, é a etapa mais difícil e deu alguns exemplos de como eles atuam para dirimir estes conflitos. Finalizou agradecendo o convite e se colocando à disposição para esclarecimentos.

A Sra. Ana Borges abriu para as perguntas fazendo primeiro a sua observação, referindo-se ao papel de mediador do PCN. O Sr. Marcos esclareceu a forma de atuação da secretaria do PCN, ressaltando que o relatório final da mediação é feito em comum acordo com a empresa e colocado na Internet. Todos os PCNs já criados agem dessa mesma forma.

A Sra. Jacimara perguntou que casos já foram mediados e de que forma o Ministério ou a Secretaria do PCN dá transparência às informações. O Sr. Marcos explicou que se a empresa pede para não ser

divulgada uma ou outra informação, eles devem respeitar, dando transparência do relatório via Internet. Citou como exemplo o caso recente da BASF e o de uma empresa brasileira no exterior, cujo nome não quis divulgar, e que a Secretaria do PCN fez a mediação.

A Sra. Telma perguntou se a atuação do PCN ocorre independentemente de estar em andamento um processo na justiça trabalhista ou se precisa aguardar o trânsito em julgado para acionar o PCN. Esclareceram o Sr. Marcos e Sra. Hevelyn que o PCN não pode atropelar um processo que está na Corte. Se um caso já transitou em julgado, o PCN não se envolve mais, porém se está sendo julgado ele pode se envolver.

Ainda neste tema a Sra. Fabiane falou sobre a necessidade de mudança da relação do papel da empresa e da sociedade. Da importância de uma conversa olho no olho entre as partes em conflito, antes de chegarem às vias judiciais.

O Sr. Marcos esclareceu que a restrição à divulgação de informações pode ser de ambas as partes, tanto da empresa, que não está cumprindo suas obrigações legais, como também - e muitas vezes acontece - por parte do reclamante, como o exemplo dado de algumas empresas terceirizadas que não pagam os direitos dos empregados.

A Sra. Hevelyn esclareceu que as empresas fazem questão de responder à Secretaria do PCN quando questionadas e que o fazem explicitando todas as boas práticas corporativas por elas adotadas. Além disso, os relatórios de aceitação ficam disponibilizados de forma internacional e ampla para qualquer pessoa no site da OCDE.

A Sra. Andréa mencionou a importância de essas informações estarem disponíveis e de terem transparência, o que poderia servir de orientação para compras públicas. Perguntou, em seguida, à Sra. Lisângela se há alguma metodologia para avaliação da implementação de *Due Diligence* na cadeia produtiva.

A Sra. Ana perguntou também à Sra. Lisângela, se, no caso de ser o Governo do Brasil signatário das diretrizes por ela apresentadas, se existe a possibilidade de ser inserida nos termos de referências de compras públicas a exigência de as empresas fazerem *Due Diligence* ou de apresentarem seus relatórios.

A Sra. Lisângela respondeu às duas perguntas, dizendo que ela acredita que quando o governo está na posição de contratante ele pode exigir ou até fazer *Due Diligence*. Quanto à questão da metodologia, esclarece que existem alguns guias práticos que poderão ser disponibilizados depois para o grupo. Importante é que essas metodologias sejam construídas de forma *multistakeholder*, ou seja, de forma participativa.

A Sra. Andréa agradeceu aos palestrantes anteriores e passou a palavra para a Sra. Cynthia de Toledo.

## **5 – Apresentação da Secretaria de Direitos Humanos - Coordenação Geral de Normas e Gestão de Pessoas, por Cynthia de Toledo Losso.**

A Sra. Cynthia apresentou-se e agradeceu a oportunidade de falar para o FGRS. Mencionou que está na área de gestão de pessoas há 18 anos e que, sendo um tema novo, é difícil achar gestores com perfil para as questões de Direitos Humanos, sobretudo porque a Secretaria é formada por pessoas vindas de outros órgãos e que em geral não têm essa formação. Por isso, a necessidade de se organizar/construir, em parceria com a ENAP, um Curso de Especialização em Gestão da Políticas Públicas de Direitos Humanos .. Esse será, portanto, o tema a ser por ela abordado em sua palestra.

Apresentou um breve histórico da Secretaria e de como o tema foi inserido no governo, desde 1993, em decorrência da Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena. Foi então feito um reordenamento da Assistência Social nos órgãos brasileiros). Em 2010, a Secretaria deixa de ser uma Secretaria Especial do Ministério da Justiça e passa a ser considerado um órgão essencial, sendo então transferida para a Presidência da República.

Esse histórico permite a todos conhecerem a estrutura da Secretaria, o seu efetivo atual e os diversos temas que são tratados dentro de cada uma das quatro Secretarias. A Sra. Cynthia apresentou um

panorama macro dos assuntos que são tratados pela Secretaria de DDHH. Mencionou e detalhou a atribuição de cada um dos diversos Conselhos que integram a Secretaria e salientou que os temas emblemáticos de violação dos DDHH são encaminhados para o Conselho de Defesa dos DDHH. Falou sobre as Comissões que estão sendo criadas para tratar de assuntos pontuais como defesa contra o trabalho escravo, a do direito à verdade, de defesa à população de rua entre outras.

Conforme sua fala, a principal atribuição da Secretaria é a articulação interministerial e intersetorial de políticas de promoção e proteção aos DDHH no Brasil.

Esclareceu que, para cumprir a missão de articular, os servidores lotados na Secretaria de DDHH têm, no mínimo, que saber fazer mediação de conflitos e é por essa razão que, hoje, a maior preocupação da Secretaria é com a preparação e a capacitação de seus colaboradores para que a missão seja cumprida da melhor forma possível.

Discorreu sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos III, que é uma evolução dos PNDH's I e II, para o enfrentamento das exclusões e discriminações decorrente do persistente quadro de desigualdades sociais e violação dos DDHH no Brasil. O grande desafio é, portanto, a melhoria da capacidade institucional daqueles que trabalham com esse tema e com os temas mais específicos e, com isso, alcançar o sucesso nas ações que forem realizadas. Para tanto, foi feita parceria com a ENAP para que se pudesse criar o Curso de Especialização em Gestão das Políticas Públicas de Direitos Humanos, cujos passos já dados foram apresentados ao grupo. Mencionou o conteúdo programático previsto para o curso, o recrutamento de instrutores, o orçamento existente para capacitação, a adequação física e tecnológica do espaço para a capacitação corporativa e o Plano de Capacitação até 2013. A aula inaugural está prevista para agosto de 2013 e será dada pela Ministra de DDHH.

A Sra. Ketlin do STJ disse que gostou muito da apresentação e parabenizou pela evolução alcançada pela Secretaria de DDHH. A Sra. Cyntia agradeceu e ainda deu algumas informações adicionais a respeito dos próximos passos em direção ao Planejamento Estratégico da Secretaria.

A Sra. Andréa convidou a Secretaria de DDHH para participar do Fórum. A Sra. Cynthia informou que, para 2013, um dos projetos da Secretaria será a implantação da A3P.

A Sra. Fabiane sugeriu uma articulação entre a ESAF e a Secretaria de DDHH num futuro próximo, e sugeriu a possibilidade de parceria para capacitação. A Sra. Cynthia agradeceu e esclareceu que existem sim grandes possibilidades de parceria futura, principalmente na ocasião de construir o Curso de Mestrado, que também está previsto.

A Sra. Ana solicitou a apresentação dos presentes que ainda não haviam se apresentado.

## **6 - Assuntos gerais.**

A Sra. Ana informou a necessidade de mudar a data da próxima reunião, que seria próxima da data do Fórum da A3P, como sugerido pela Sra. Fabiane. Mencionou ainda a possibilidade de fazer uma reunião extraordinária do Fórum para ouvirmos a apresentação do representante da Holanda, que está prevista para início de dezembro, o qual discorreria sobre a experiência daquele país nas questões de RS. Esta decisão ficou em suspenso até que se tenham mais informações sobre a vinda do membro do governo holandês.

A Sra. Andréa encerrou listando os seguintes encaminhamentos: preparação de o ofício para a ESAF. Agradeceu a presença de todos e todas. A Sra. Ana agradeceu ao STJ pelo espaço disponibilizado para a realização da reunião e deu por encerrada a reunião.

###